

Lincoln Gordon (1913-2009), o internacionalismo liberal da Guerra Fria no Brasil

Matias Spektor

Lincoln Gordon teve uma carreira acadêmica estelar. Aos vinte anos de idade formou-se economista pela Universidade Harvard (Estados Unidos) e, por meio de uma concorridíssima bolsa Rhodes, aos 24 defendeu tese de doutorado na Universidade de Oxford (Inglaterra). Durante a Segunda Guerra Mundial, trocou a academia pelo governo da mesma forma que boa parte dos jovens professores universitários de sua geração. Findo o conflito, passou a gerir parte do Plano Marshall no Departamento de Estado e, em seguida, foi implementá-lo na Embaixada Americana em Londres. Na década de 1950, também assessorou o alto comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em temas econômicos.

Típico membro da elite da costa leste dos Estados Unidos, antes de completar os quarenta anos de idade, Gordon já era parte da rede de acadêmicos vinculados ao Partido Democrata que daria vida ao internacionalismo liberal. Esta era uma concepção de ordem internacional segundo a qual a hegemonia americana poderia ser benigna e palatável para o resto do mundo, caso houvesse progressiva institucionalização das relações internacionais. Mediante um sistema complexo de instituições formais, os Estados Unidos assegurariam, a um só tempo, sua própria preeminência e sua própria contenção, fazendo uma escolha consciente por reduzir as instâncias de atuação unilateral no mundo.

No centro do projeto estava a noção de segurança coletiva, segundo a qual o uso da força somente é considerado legítimo se for produto de um consenso entre as grandes potências – princípio ordenador do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Também fariam parte desse sistema alianças formais que criavam obrigações profundas para os Estados Unidos com a Europa Ocidental, o Japão e os países das Américas. No campo da economia, o dólar americano funcionaria como moeda-base para o sistema de trocas global, com instituições de investimento (Banco Mundial), com um credor de última instância (Fundo Monetário Internacional) e com um regime de incentivos progressivos em direção ao livre comércio (GATT).

Matias Spektor é professor-pesquisador do CPDOC e coordenador do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas. Autor de *Kissinger e o Brasil* (Zahar, 2009) e pesquisador visitante do *Council on Foreign Relations* em 2010.

Na concepção de seus criadores, o internacionalismo liberal produziria um sistema relativamente aberto e transparente, institucionalizado e amigável tanto para países devastados pela guerra quanto para as nações do mundo pós-colonial que negociavam seu reconhecimento como Estados soberanos. Ao oferecer um sistema mais ou menos estável, justo e afluyente, a ideia-força era criar um ambiente no qual as nações centrais do Ocidente pudessem levar a cabo a tarefa de conter a expansão global do comunismo.

Esse era o espírito dominante nos Estados Unidos quando John F. Kennedy chegou à Casa Branca em 1960. Junto com ele, chegavam ao poder algumas das cabeças centrais do internacionalismo liberal, que pela primeira vez se voltavam para o então chamado Terceiro Mundo. Na década de 1940, o pensamento dominante ignorava a periferia do sistema internacional, conforme revelava a obsessão de George Kennan com a restrição de sua política de contenção e luta anticomunista aos grandes centros industriais. Isso mudara na década de 1950. À esquerda, Mao Tse Tung alertava para o embate que estaria por vir entre o capitalismo e as diferentes variantes do comunismo naquilo que ele chamava de "países intermediários". No campo ocidental, e nas páginas da influente revista *Foreign Affairs*, o então jovem professor de Harvard, Henry Kissinger, ecoava as preocupações apontando para o aumento da temperatura nas "áreas cinzas" do planeta.

A equipe de Kennedy dedicou tempo e esforço inusitados ao tema do desenvolvimento do Terceiro Mundo. A figura central da equipe era Walt W. Rostow, cuja trajetória era similar à de Gordon. Graduado e doutorado pela Universidade de Yale, Rostow também tivera uma passagem pela Universidade de Oxford. Assim como Gordon, Rostow deixara a academia para servir no esforço de guerra e, mais tarde, somar-se às operações econômicas do Departamento de Estado na Europa recém-liberada. Professor de história econômica, Rostow migrara para a divisão de planejamento político da chancelaria americana e, de lá, somara-se a Kennedy na Casa Branca.

A equipe de Rostow buscava novas fórmulas para assegurar o sucesso do desenvolvimento capitalista em sociedades marcadas pela pobreza, desigualdade e falta de investimento público e privado. Sua preocupação central era a de encontrar meios de acelerar o crescimento econômico e alavancar o processo de modernização de sociedades até então rurais e atrasadas. Engatinhando no que ainda eram os primórdios do pensamento social aplicado, esse grupo que chegara ao poder acreditava ser possível fazer intervenções econômicas e políticas nos países periféricos que facilitariam sua "decolagem". Somente o sucesso do capitalismo, argumentavam, seria capaz de barrar o comunismo daqueles países mais suscetíveis ao comunismo ou ao socialismo nacionalista exemplificado pela experiência de Nasser no Egito.

Estas eram as circunstâncias intelectuais da equipe do jovem presidente Kennedy quando a Casa Branca indicou Lincoln Gordon para a Embaixada Americana no Brasil em 1961. (No mesmo ano, Kennedy enviara o célebre economista de Harvard, John Galbraith, renomado internacionalista liberal, como embaixador para a Índia.)

Gozando de acesso direto à Casa Branca de Kennedy, Gordon era o mais poderoso embaixador americano que se vira no Rio de Janeiro. Para isso ajudava muito a posição relativa do Brasil no sistema internacional: um país gigantesco em francas vias de industrialização, no qual a profunda desigualdade social abria uma clara brecha para nacionalismos de cunho socialista ou semissocialista. Como Gordon gostava de exagerar para seus superiores em Washington: "Se o Brasil der uma guinada à esquerda, não será uma outra Cuba, será uma outra China".

Este foi o período em que governadores brasileiros e economistas como Celso Furtado eram recebidos no Salão Oval. Também foi a época em que a Embaixada Americana dedicava-se a desenhar, facilitar e até mesmo implementar políticas públicas e de intervenção social no país. Com

quase 1.400 funcionários, a missão era a principal receptora de recursos do programa americano de ajuda para a América Latina – a Aliança para o Progresso. Como seu principal operador, Gordon não hesitou em falar com atores à direita e à esquerda do espectro político. Vale lembrar que, naquele momento, seus discursos ainda defendiam a necessidade de uma "revolução" social para resolver o problema da terra e da pobreza no Nordeste do país, por exemplo. Não há dúvidas de que a agenda de modernização social propugnada por Gordon era nitidamente conservadora; entretanto, o que é importante captar quase cinquenta anos mais tarde é sua ambição modernizante.

Mas em paralelo a essa agenda, Gordon e sua Embaixada começaram a ter atritos crescentes com o governo de João Goulart. Parte do problema era a insistência brasileira em manter Cuba dentro do sistema interamericano. Parte do atrito devia-se a choques de interesse econômico: em fevereiro de 1962, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, nacionalizou a American and Foreign Power Company (Amforp), subsidiária da International Telephone and Telegraph (ITT) naquele estado. Na mesma época, a central sindical American Federation of Labour/Congress of Industrial Organizations (AFL/CIO) começou a manifestar suas preocupações com o avanço da esquerda no seio do movimento operário brasileiro. O lançamento, em maio de 1962, do programa de "reformas de base" de Goulart (agrária, urbana, tributária e financeira) também ajudou a deteriorar as relações com os Estados Unidos, que esperavam uma política de ajuste fiscal para evitar uma crise econômica de grandes proporções.

O vínculo de Gordon com o governo Goulart conheceu uma nova depressão quando a Embaixada passou a apoiar financeiramente candidatos da oposição para as eleições que seriam realizadas em outubro de 1962. E a maré terminou por virar negativamente em dezembro, quando da visita ao Brasil de Robert Kennedy, irmão do presidente e procurador-geral da República dos Estados Unidos. As conversas dele com Goulart pareciam um diálogo de surdos e, a partir desse momento, Washington abandonou qualquer ambição de construir uma agenda positiva com o governo brasileiro.

Em 1964, o governo americano estava preparado para a queda de Goulart. Nas vésperas do golpe, o presidente Lyndon Johnson recebeu uma estimativa da CIA segundo a qual "a revolução não será decidida rapidamente e será sangrenta". Na noite do dia 30 de março de 1964, o governo americano ativou a Operação Brother Sam. Horas depois do início do golpe, uma frota americana transportava mais de cem toneladas de armamentos e munições, assim como meio milhão de barris de gasolina. A frota deixara Porto Rico com destino a Santos, e sua chegada era esperada para o dia 11 de abril. A instrução do presidente Johnson era clara: o governo americano faria "tudo o necessário" para impedir a permanência de Goulart no poder.

No dia seguinte, 1º de abril, o presidente americano convocou uma reunião para discutir a situação do Brasil com o secretário de Estado, Rusk, o subsecretário, George Ball, o secretário de Defesa, Robert McNamara, o diretor da CIA, assessores militares e da Casa Branca. Em mensagem ao grupo, Gordon sugeria uma política de espera. O golpe andava a passo acelerado e ainda não era necessário enviar apoio. O medo era que uma manifestação ostensiva dos Estados Unidos terminasse fortalecendo a posição de Goulart junto à opinião pública brasileira. Por enquanto, a frota era suficiente. Além disso, McNamara dissera estar pronto para enviar mais armas e munições por avião numa situação emergencial – o operativo levaria aproximadamente 16 horas. Diante do sucesso do golpe, contudo, a Operação Brother Sam foi desativada no dia 2 de abril.

Lincoln Gordon passou para a história brasileira como o embaixador do golpe militar de 1964. Não há dúvidas de que o foi. Mas, assim como muitos brasileiros à época, Gordon acreditava que o golpe resultaria em um período curto de acomodação durante o qual Goulart seria tirado de

cena e o marechal Castelo Branco, seu amigo pessoal, convocaria novas eleições. Essa crença estava calcada na premissa comum segundo a qual a democracia, na história brasileira, fora inimiga do progresso, abrira as portas para a anarquia e para o atraso. Boa parte da literatura especializada da época confirmava essa visão: como diria Samuel Huntington em sua obra pouco tempo depois, sociedades em vias de rápida modernização produzem sua própria instabilidade. A conclusão era fundamentalmente conservadora: era necessário modernizar os países periféricos, mas de maneira controlada e não revolucionária.

Gordon foi pego de surpresa pelo avanço em direção a um regime ditatorial. Diante da promulgação de novos atos institucionais, o governo Johnson distanciou-se progressivamente do Brasil, sem nunca chocar-se com ele. Gordon deixou o posto em janeiro de 1966 para virar subsecretário de Estado para assuntos interamericanos. As relações Brasil-Estados Unidos somente voltariam a viver relativa aproximação com a vitória eleitoral de Richard Nixon em 1968 e a ascensão do general Médici ao poder.

Em 1967, Gordon deixou o serviço público para assumir a reitoria da Universidade Johns Hopkins. Teve enormes problemas à época, diante de reclamações salariais de professores e, sobretudo, de protestos pacifistas dos estudantes no contexto da Guerra do Vietnã. Em 1971, ele voltou a lecionar na universidade e alguns anos mais tarde viraria pesquisador associado à Brookings Institution, um influente *think-tank* sediado em Washington.

Gordon escreveu *Government and the American Economy* (com Merle Fainsod, 1941), *Foreign Trade Policy* (1957), *United States Manufacturing Investment in Brazil* (com Englebert L. Gromers, 1961), *A New Deal for Latin America* (1963), *Growth Policies and the International Order* (1979), *Energy Strategies for Developing Nations* (1981), *Eroding Empire: Western Relations with Eastern Europe* (1987) e *Brazil's Second Chance: En Route toward the First World* (2001).

Sua trajetória de vida é um lembrete de que o Brasil se insere na história global da Guerra Fria tanto pelo apoio americano a ditaduras brutais, quanto pela ambição voluntarista, e frustrada, de uma modernização periférica de cunho conservador, mas liberal.